



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 210/2020

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Saúde

UNIDADE: Departamento Regional de Saúde 13 - Ribeirão Preto

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de informações sobre casos confirmados, mortes e SRAG no município de Ribeirão Preto com os seguintes dados idade, sexo, raça, data de notificação, CEP e bairro de residência. Supressão de instância. Resposta incompleta. Provimento parcial.

DECISÃO OGE/LAI nº 210/2020

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Departamento Regional de Saúde 13 - Ribeirão Preto, número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre casos confirmados, mortes e SRAG no município de Ribeirão Preto com os seguintes dados idade, sexo, raça, data de notificação, CEP e bairro de residência.
2. Em resposta, o órgão informou que demandas de imprensa devem ser encaminhadas para a assessoria. O silêncio do órgão em grau recursal motivou o presente apelo revisional a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão, o órgão informou que não detinha a informação e deveria ser realizada diretamente a secretaria. Cientificado, o cidadão informou que o pedido foi realizado para a secretaria, que encaminhou para a DRS. Esta OGE solicitou a secretaria as informações, já que houve erro de procedimento interno com a demanda do SIC. A Secretaria encaminhou o endereço eletrônico e como pesquisar. Cientificado, o cidadão reiterou que faltavam informações.
4. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a orientar todos os atos da administração pública.
5. Deve-se consignar que tal direito reflete-se em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas

Classif. documental	006.03.02.001
---------------------	---------------



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

também em respondê-las, ainda que para afirmar, de modo fundamentado, eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada.

6. Assim, imprescindível que o ente público se manifeste quanto à específica demanda de informações suscitada, complementando-as quando necessário, fornecendo-as em sua integralidade, desde que existentes, ou atentando para a necessidade de explícita fundamentação na hipótese de negativa de acesso aos dados requeridos, em vista de alguma das restritivas circunstâncias legalmente previstas, não sendo possível o envio de respostas genéricas, não condizentes com a solicitação inicial.
7. No caso concreto, os órgãos envolvidos devem se atentar aos procedimentos do sistema SIC.SP, aceitando as demandas que forem de suas atribuições e encaminhando para o órgão correto quando não o forem. Assim, tanto a DRS como a Secretaria da Saúde serão responsáveis por complementar as informações.
8. Diante do exposto, constatada a falta de atendimento completo da demanda até o presente momento e ausente qualquer justificativa para afastar a regra geral da publicidade dos dados faltantes, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento parcial**, com fundamento no artigo 11, caput, da LAI e 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do §2º do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527/2011 e no aludido Decreto, conforme esta decisão.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 04 de setembro de 2020.

Vera Wolff Bava
Ouvidora Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado